



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000089132

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000369-51.2011.8.26.0020, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes NEUSA MARIA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA) e ALAN JARDIM DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA..

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente), MELO BUENO E GILBERTO LEME.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

Artur Marques
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apelação sem revisão Cível nº 0000369-51.2011.8.26.0020

Apelante(s): NEUSA MARIA SILVA, DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA PEREIRA E ALAN JARDIM DE OLIVEIRA

Apelado(s): VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA

Comarca: FORO REGIONAL NOSSA SENHORA DO Ó - 1ª VARA CÍVEL

Magistrado(a): Cláudia Barrichello

V O T O Nº 32912

CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANO MORAL. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL CONTADO DA DATA DO ÓBITO. PRESCRIÇÃO BEM RECONHECIDA.

1. O art. 206, § 3º, inciso V, leciona que a prescrição para reparação civil se dará em três anos. A vítima faleceu em 09.08.2006 e a ação foi distribuída em 13.01.2011, ou seja, quase dois anos após a consumação da prescrição.

2. Quanto ao argumento de imprescritibilidade do dano moral trazido na apelação, este afronta expressa previsão legal e carece de qualquer respaldo. Tanto que a parte colaciona jurisprudência relacionada a dissidente político procurado na época do regime militar para sustentar tal pleito.

3. Recurso improvido.

1. Trata-se de ação de cobrança que **NEUSA MARIA SILVA, DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA PEREIRA E ALAN JARDIM DE OLIVEIRA** promovem em face de **VIA SUL TRANSPORTES URBANOS LTDA**, julgada improcedente, com fundamento no art. 269, IV, do CPC, pela r. sentença de fls. 300/301, cujo relatório se adota.

Inconformados, recorrem os autores. Alegam que a pretensão não se encontra prescrita, pois o dano moral é imprescritível. Colacionam julgado referente a dissidente político no regime militar para dar guarida a sua tese. No mérito, sustentam que seu filho e irmão faleceu em decorrência de acidente de trânsito, ensejando o dano moral. Ao final pugnam pelo provimento do recurso.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processado o recurso sem preparo (Lei nº 1060/50), foi recebido (fls. 323) com contrarrazões (fls. 326/341).

É o relatório.

2. A r. sentença não merece qualquer reparo, é patente a ocorrência da prescrição.

Os autores alegam na petição inicial, distribuída em **13.01.2011**, que na data de **18.05.2006**, por volta das 21 horas, **Levi Jardim de Oliveira** sofreu de acidente de trânsito, falecendo em razão das lesões no dia **09.08.2006**. Pretendem, pois, receber indenização por danos morais.

O art. 206, § 3º, inciso V, leciona que a prescrição para reparação civil se dará em três anos. A vítima faleceu em 09.08.2006 e a ação foi distribuída em 13.01.2011, ou seja, quase dois anos após a consumação da prescrição.

Inclusive o Superior Tribunal de Justiça já decidiu pela aplicação da prescrição trienal:

RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - ATROPELAMENTO COM MORTE - REPARAÇÃO DE DANOS - PRESCRIÇÃO TRIENAL - INCIDÊNCIA DO ART. 206, §3º, V, DO CÓDIGO CIVIL - REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL - APLICAÇÃO - ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL - INAPLICABILIDADE - QUESTÃO PREJUDICIAL - INEXISTÊNCIA - PRÉVIA DISCUSSÃO NO JUÍZO CIVIL DA QUESTÃO SUBJACENTE - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - É de se aplicar a prescrição trienal prevista no artigo 206, §3º, inciso V, do Código Civil de 2002, isso porque, conforme assentou a jurisprudência desta Corte Superior, se não houver o transcurso de mais de metade do prazo prescricional da lei anterior, impõe-se a incidência das disposições do Novo Código Civil¹.

(sem grifos no original)

Quanto ao argumento de imprescritibilidade do dano moral trazido na apelação, este afronta expressa previsão legal e carece de qualquer respaldo. Tanto que a parte colaciona jurisprudência relacionada a dissidente político procurado na época do regime militar para sustentar tal pleito.

Portanto, é caso de se manter a r. sentença de primeiro grau que bem decidiu pela extinção do processo nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

3. Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso.

ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO

Relator

¹ STJ, REsp: 1131125 RJ 2009/0148169-4, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 03/05/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/05/2011.